



Marcelo Roseno de Oliveira

**CONTROLE DAS ELEIÇÕES
– VIRTUDES E VÍCIOS DO
MODELO CONSTITUCIONAL
BRASILEIRO**

Área específica
Direito Eleitoral

Área afim
Direito Constitucional

Público-alvo/consumidores da obra
Juízes e Promotores Eleitorais; advogados
que atuam perante a Justiça Eleitoral
e servidores; professores e estudantes
universitários.

131 páginas
ISBN 978-85-7700-354-9
Formato: 14,5x21,5 cm

<http://www.editoraforum.com.br/loja>

A obra examina as principais características dos sistemas de controle das eleições, destacando as do modelo jurisdicional brasileiro, com sede constitucional, adotado desde 1932, buscando identificar suas virtudes e vícios. Com suporte numa retrospectiva do sistema jurisdicional no Brasil, especialmente os aspectos que animaram a criação da Justiça Eleitoral e a crescente ingerência de juízes na execução e qualificação das eleições, em detrimento do controle político, constata-se que alguns postulados que determinaram a adoção do modelo marcam, ainda hoje, a atuação dos magistrados eleitorais. Analisa-se a evolução da Justiça Eleitoral no constitucionalismo brasileiro, especialmente quanto à composição de seus órgãos, alcançando-se o seu delineamento na Constituição Federal de 1988 e suas principais características. O trabalho confronta os avanços do processo eletrônico de votação e as práticas viciosas que comprometem a lisura dos pleitos, criticando o controle do processo eleitoral exercido sob o ponto de vista meramente formal, ressaltando o papel da Justiça Eleitoral quanto ao resguardo da liberdade do eleitor.

Marcelo Roseno de Oliveira

Juiz Estadual no Ceará. Mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza (2009). Professor da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará e do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional Eleitoral da Universidade de Brasília. Instrutor em cursos de capacitação realizados por diversos Tribunais e Procuradorias Regionais Eleitorais. Autor de *Direito eleitoral: reflexões sobre temas contemporâneos*. Fortaleza: ABC Editora, 2008. Coautor da obra *Ficha Limpa interpretada por juristas e responsáveis pela iniciativa popular*. São Paulo: Edipro, 2010.

SUMÁRIO DO LIVRO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1

OS SISTEMAS DE CONTROLE DAS ELEIÇÕES

- 1.1 A classificação dos sistemas com suporte na natureza do órgão incumbido de exercer o controle das eleições
- 1.1.1 O sistema político ou de verificação dos poderes
- 1.1.2 O sistema jurisdicional
- 1.1.3 O sistema administrativo
- 1.1.4 O sistema misto

CAPÍTULO 2

O SISTEMA BRASILEIRO DE CONTROLE DAS ELEIÇÕES

- 2.1 Aspectos históricos da Justiça Eleitoral brasileira
- 2.1.1 As fraudes eleitorais na República Velha e a criação da Justiça Eleitoral
- 2.1.2 A constitucionalização da Justiça Eleitoral em 1934
- 2.1.3 O golpe do Estado Novo e a extinção da Justiça Eleitoral
- 2.1.4 A redemocratização em 1945
- 2.1.5 O regime de exceção em 1964 e o papel da Justiça Eleitoral na redemocratização
- 2.1.6 A era digital, o voto eletrônico e a consolidação da Justiça Eleitoral como instância de qualificação das eleições
- 2.2 A evolução da Justiça Eleitoral no constitucionalismo brasileiro
- 2.2.1 A Justiça Eleitoral na Constituição de 1934
- 2.2.2 A reconstitucionalização da Justiça Eleitoral na Carta de 1946
- 2.2.3 A Justiça Eleitoral na Constituição de 1967
- 2.2.4 A Constituição Cidadã de 1988 e a disciplina da Justiça Eleitoral
- 2.3 As principais características do sistema jurisdicional brasileiro de controle das eleições
- 2.3.1 A cumulação das funções administrativa e contenciosa
- 2.3.2 O recrutamento dos magistrados eleitorais: ausência de magistratura de carreira e a periodicidade da investidura
- 2.3.3 Estrutura piramidal e hierárquica
- 2.3.4 Divisão territorial própria
- 2.3.5 Funções desempenhadas pela Justiça Eleitoral
- 2.3.6 Competência da Justiça Eleitoral

CAPÍTULO 3

VIRTUDES E VÍCIOS DO SISTEMA JURISDICIONAL BRASILEIRO

- 3.1 As virtudes do sistema brasileiro de controle do processo eleitoral
- 3.2 Os vícios do sistema brasileiro de controle do processo eleitoral
- 3.2.1 O apego ao controle das eleições sob o aspecto formal
- 3.2.2 Os excessos praticados no exercício da função normativa
- 3.2.3 A demora na resolução das controvérsias eleitorais

CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS